

O DESENVOLVIMENTO HUMANO E SUSTENTÁVEL NA ÓTICA DO PNUD: DESAFIOS PARA A PRÁTICA DO IDEAL

Human sustainable development from UNDP perspective: challenges to putting the ideal into practice

Paulo Afonso Velasco Júnior¹

Tomás Loïck Tadeu Tavares Ferreira Neves²

Introdução

O debate contemporâneo em torno do desenvolvimento caminhou, progressivamente, em direção à consideração de estratégias compatíveis com o objetivo de preservação ambiental e redução das assimetrias em termos sociais e econômicos. As discussões a esse respeito passaram a ocupar um lugar mais central na agenda multilateral do pós-Guerra Fria e foram recentemente renovadas a partir do lançamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na ocasião da Assembleia Geral da ONU de Setembro de 2015. Contudo, ainda que o empenho da comunidade científica internacional em reforçar a premência de um esforço conjunto de readequação das estratégias de desenvolvimento tenha contribuído para que essa questão ganhasse em representatividade, as respostas oferecidas pelas lideranças, nacionais e internacionais, não têm se mostrado coesas ou constantes o suficiente para que se possa delinear um esforço contundente em prol do desenvolvimento sustentável. Aí reside uma das motivações para que se busque uma compreensão mais clara acerca do projeto de desenvolvimento construído ao longo dos anos no interior do sistema ONU.

Neste artigo, toma-se como elemento central dessa agenda contemporânea de desenvolvimento o conceito de Desenvolvimento Humano e Sustentável, concebido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no contexto da década de 1990. Ao congregiar as discussões referentes à sustentabilidade ambiental e socioeconômica no processo de desenvolvimento, esse ideal ganhou adeptos nos círculos intelectuais globais. Sua relevância foi ainda reforçada a partir da legitimação conferida pelo sistema

¹Doutor em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP-UERJ) e mestre em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio (IRI/PUC-Rio). Atua como professor adjunto de Política Internacional da UERJ, lecionando no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI-UERJ). Email: pvelascojr@globo.com

²Mestre em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UERJ (PPGRI-UERJ). Bacharel em Relações Econômicas Internacionais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui experiência com pesquisa em temas ligados à Política Internacional e Desenvolvimento. Email: tloick@hotmail.com

ONU, via PNUD, contribuindo para um gradativo, ainda que lento, processo de incorporação de seus pressupostos nas metas de desenvolvimento traçadas multilateralmente pela comunidade internacional.

Tendo em vista a importância do alcance das premissas estabelecidas pelo ideal do Desenvolvimento Humano e Sustentável, entende-se por relevante a condução de um exercício de análise mais extenso no tocante a suas bases conceituais e aos mecanismos de implementação propostos pelo PNUD, especificamente por meio das recomendações veiculadas nos Relatórios de Desenvolvimento Humano (RDHs). A partir do estudo das discussões presentes nesses Relatórios, pretende-se colocar em evidência as ações prioritárias da estratégia de promoção do Desenvolvimento Humano e Sustentável neles proposta, assim permitindo a verificação de possíveis incoerências entre a teoria e a execução desse modelo de desenvolvimento. Desta forma, o artigo almeja contribuir para a consolidação do tema nas análises no campo das Relações Internacionais, bem como estimular a que novas pesquisas sejam conduzidas para dar sequência à construção de uma agenda positiva nas discussões em matéria de desenvolvimento.

Com vistas a satisfazer esse objetivo, este artigo foi organizado da seguinte maneira: na segunda seção, é apresentado o histórico do conceito de Desenvolvimento Humano e Sustentável, suas matrizes ideológicas, bem como o papel exercido pelos Relatórios de Desenvolvimento Humano no processo de propagação de seus ideais; na seção 3, por sua vez, são expostos os resultados da análise dos RDHs, focando-se na narrativa construída pelos Relatórios ao longo dos anos, por meio dos principais temas e recomendações veiculados; são apresentadas na seção 4 as considerações quanto às limitações e contradições percebidas a partir da análise crítica dos Relatórios; na quinta e última seção, são feitas as considerações finais a partir da conexão entre os resultados da análise dos RDHs e a crítica pós-desenvolvimentista apresentada no artigo.

Um olhar sobre o desenvolvimento

Histórico e matrizes teóricas do desenvolvimento humano e sustentável

A reformulação do equilíbrio de poder no contexto do pós-Guerra Fria determinou a inauguração de uma conjuntura mais favorável à intensificação de discussões para além da temática de segurança, tendo em vista a preponderância norte-americana face à dissolução da URSS. Na esteira dessas transformações, percebeu-se uma maior representatividade do debate ambiental, expressa, por exemplo, pelo incremento de conferências sobre o tema no âmbito da ONU, aliada a uma renovada atenção às questões relativas à preservação dos Direitos Humanos, agendas que foram progressivamente sendo incorporadas à discussão sobre desenvolvimento.

No intuito de se adequar a esse contexto, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) engajou-se na elaboração de uma estrutura conceitual que abrangesse novas dimensões do processo, propondo uma interpretação que fosse capaz de acomodar as demandas ambientais e sociais em meio às ambições desenvolvimentistas da comunidade internacional (MACHADO e PAMPLONA, 2008). Tratou-se,

portanto, de um momento histórico propício à elaboração de um paradigma conceitual atualizado no tocante a essa questão.

Em paralelo ao esforço de revisão conceitual no PNUD, a comunidade intelectual dedicada ao estudo do desenvolvimento passava igualmente por um momento de reformulação importante a partir da década de 1980. Desde o fim da II Guerra Mundial, quando a reconstrução do continente europeu demandara que se discutisse mais a fundo sobre as bases para o desenvolvimento, o debate havia sido marcado pela oposição entre duas visões claras que se antagonizavam e se alternavam na predominância. Por um lado, tinha-se uma vertente mais estatista, pautada na figura do Estado enquanto agente prioritário para a promoção das reformas necessárias, sendo ele mais capaz de incorporar a vontade coletiva do que as forças de mercado. Por outro, uma escola de pensamento baseada nas premissas do liberalismo clássico, advogando pela necessidade de se permitir que o mercado agisse livremente e desempenhasse seu potencial produtivo, de utilidade máxima para a sociedade (RAPLEY, 2007).

Após repetidas provas de que nenhuma das duas matrizes do pensamento desenvolvimentista se mostrava suficiente para a superação da condição crônica de subdesenvolvimento no sistema internacional, e beneficiando-se de um momento de maior flexibilização da agenda internacional com a *détente* do embate entre EUA e URSS, o pensamento pós-desenvolvimentista emergiu como uma terceira via. Ainda que sujeita a contestações, essa nova linha de pensamento inaugurou questionamentos relevantes sobre a própria validade da promoção do desenvolvimento, tendo em vista o argumento de que não se trataria de um processo realmente preocupado com a melhoria da vida das pessoas, mas sim de um mecanismo para a expansão do controle externo do Estado sobre a vida dos indivíduos e, no plano internacional, do controle das elites modernizantes ocidentais (RAPLEY, 2007).

Um ponto central a ser destacado no pensamento pós-desenvolvimentista gira em torno da disposição em se buscar alternativas ao desenvolvimento, em oposição à busca por formas alternativas de desenvolvimento (ESCOBAR, 1995). Essa bandeira de “fim ao desenvolvimento” prescinde de uma definição mais clara daquele desenvolvimento que se pretende combater, devendo esse ser entendido como o conjunto de ideias e práticas, inauguradas no pós-II Guerra e baseadas na premissa de haver uma distinção entre áreas desenvolvidas e subdesenvolvidas, a partir das quais se pretende promover mudanças específicas no chamado “Terceiro Mundo” (MATTHEWS, 2004). A partir desse entendimento comum ao pensamento pós-desenvolvimentista, percebe-se, no entanto, ter havido uma distinção entre duas vertentes principais no que diz respeito aos desdobramentos dessas percepções sobre as análises propostas.

Primeiramente, distingue-se uma corrente mais radical, cujo apelo à preservação do “local” se mostra em oposição a quaisquer esforços de modernização das sociedades. Essa vertente ficou conhecida como “anti-desenvolvimento” e baseou-se numa compreensão da cultura como algo estático a ser preservado, refutando quaisquer indícios de progressos que levassem à contaminação pela modernidade ocidental (KIPPLER, 2010). Autores como Bové (2009) ofereceram contribuições importantes no sentido de questionar a “ideologia do progresso”, a qual haveria contribuído para a difusão de um mito segundo o qual a evolução dos países, em

direção a patamares mais elevados de desenvolvimento, dependeria apenas da adequação de suas trajetórias a um determinado modelo a ser seguido. Latouche (2009), por sua vez, evoca a necessidade de se propor uma reformulação mais ampla, em termos de redefinição do imaginário econômico, retirando das discussões acerca do desenvolvimento a ditadura do progresso, da ciência e da tecnologia. Ainda no que diz respeito a essa vertente do pensamento pós-desenvolvimentista, Zaoual (2009) argumenta pela necessidade de haver um rompimento com a hegemonia da economia de mercado, tendo em vista que suas tendências concorrenciais predatórias contribuiriam de forma expressiva para a desestabilização sistêmica.

Por outro lado, a vertente conhecida por “pós-desenvolvimentismo cético” se mostrou preocupada em oferecer críticas ao projeto de desenvolvimento do pós-II Guerra de forma mais pragmática (KIPPLER, 2010). Tendo por base o pensamento de Foucault e seus esforços de desconstrução do discurso do desenvolvimento, autores como Escobar (1995) levantaram questionamentos importantes sobre a criação de toda uma estrutura institucional que permitiu a produção, circulação e normalização de um discurso sobre o desenvolvimento que reforçou a dominação ocidental. Esse processo de institucionalização do desenvolvimento, em todas as esferas decisórias (locais, nacionais e internacionais), contribuiu para que houvesse uma espécie de “profissionalização” do tema, refundando os problemas de ordem política, econômica e cultural em bases científicas, mais neutras (ESCOBAR, 1995). Como resultado, ter-se-ia aberto espaço para a proposição e imposição de um conjunto de intervenções técnicas, universalmente aplicáveis e pensadas por “profissionais especializados”, como resposta a cada tipo de problema identificado (ESCOBAR, 1995).

Pensando além das diferenças nas interpretações apresentadas, é preciso dizer que o pensamento pós-desenvolvimentista levantou algumas hipóteses de análise que gozaram de grande aceitação entre os estudiosos do desenvolvimento. Como destacado por Ziai (2007), o pós-desenvolvimentismo colocou em evidência o teor eurocentrista da ideia de desenvolvimento baseada na suposição de a sociedade ocidental “desenvolvida” ser a referência a ser alcançada, refutando inúmeras outras formas de organização social e parâmetros possíveis de “sociedade ideal”. Adicionalmente, o pós-desenvolvimentismo também contestou e condenou o caráter autoritário e tecnocrático dos esforços de promoção do desenvolvimento, dado que o “corpo especializado de profissionais” estaria sempre em uma posição de poder ou “tutela” para determinar as medidas a serem tomadas a partir de critérios supostamente universais (ZIAI, 2007).

A renovação intelectual suscitada pela escola pós-desenvolvimentista teve importantes desdobramentos: por um lado, contribuiu para o reforço de uma concepção descentralizada e participativa na promoção do desenvolvimento, mais preocupada em discutir a qualidade da intervenção dos Estados, sobretudo em termos da eficiência administrativa do setor público de países subdesenvolvidos, do que a intensidade da mesma; e por outro, o foco no indivíduo, em detrimento às discussões sobre o Estado e o crescimento econômico, que somado ao questionamento do papel da soberania estatal em meio a um mundo progressivamente mais globalizado, contribuíram para uma importante expansão do escopo das concepções teóricas sobre o desenvolvimento (RAPLEY, 2007). Nesse momento, a Abordagem das Capacidades de

Amartya Sen foi estruturada, não apenas como um reflexo da conjuntura de maior abertura, mas também como um reforço da contestação pós-desenvolvimentista à “tutela” do processo de desenvolvimento por profissionais tendo como base preceitos etnocêntricos (KIPPLER, 2010). Oferecendo como resposta a esse caráter autoritário uma concepção teórica baseada no entendimento do “desenvolvimento como liberdade”, o pensamento de Sen acabou por servir de fundamento para o conceito de Desenvolvimento Humano e Sustentável posteriormente desenvolvido pelo PNUD.

A Abordagem das Capacidades foi pretendida como uma alternativa crítica às análises econômicas tradicionais de bem-estar, que tomavam como medidas para a mensuração do desenvolvimento aspectos como a expansão da oferta de bens e serviços ou a expansão da utilidade ou satisfação entre os indivíduos (CLARK, 2006). Em contrapartida, Sen ofereceu uma abordagem centrada na necessidade de se expandir as capacidades dos indivíduos, sendo elas um reflexo das diversas combinações de funcionalidades acessíveis, ou seja, a liberdade que a pessoa tem para escolher entre formas distintas de viver (SEN, 2003). A funcionalidade, por sua vez, pode ser compreendida como “o uso que uma pessoa faz das mercadorias sob seu controle”³ (CLARK, 2006, p. 4, Tradução própria). Segundo Sen (2003), haveria uma confusão na relação entre fins e meios em matéria de desenvolvimento, dado que as abordagens tradicionais entenderiam a prosperidade econômica como o objetivo final e não intermediário, o que seria um grave problema tendo em vista a não existência de uma relação direta entre o desempenho econômico e a melhoria na qualidade de vida dos indivíduos. Assim, a Abordagem das Capacidades pretendeu deslocar o cerne das discussões em direção à expansão das oportunidades disponíveis para o indivíduo, entendido como um processo mais condizente com o objetivo de promover um desenvolvimento inclusivo e sustentável.

A partir dessa matriz teórica e tendo como pano de fundo toda a influência do pós-desenvolvimentismo e da nova conjuntura internacional favorável à complementariedade de agendas, o ideal do Desenvolvimento Humano e Sustentável foi sendo concebido sob a iniciativa do PNUD ao longo da década de 1990. O foco inicial de ampliação das oportunidades disponíveis aos indivíduos foi progressivamente sendo alargado para abarcar igualmente as questões ligadas à sustentabilidade ambiental, cuja representatividade havia sido consideravelmente ampliada desde o arrefecimento do embate bipolar da Guerra Fria. Para isso, desempenhou papel relevante Mahbub Ul Haq, economista paquistanês que idealizou os Relatórios de Desenvolvimento Humano. Para ele, o debate ambiental internacional deveria ser repensado para que pudesse passar de um *slogan* para um programa mais concreto de ações, agregando-se a perspectiva do indivíduo. Disto, resultou a estruturação da noção de Desenvolvimento Humano e Sustentável (MACHADO, 2007).

O ideal do Desenvolvimento Humano e Sustentável começou, portanto, a ser incorporado ao discurso oficial do PNUD por meio dos Relatórios de Desenvolvimento Humano, sobretudo a partir de 1992, quando da ocorrência da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento ocorrida neste mesmo ano no Rio de Janeiro (MACHADO, 2007).

³ Trecho original: “[...] the use a person makes of the commodities at his or her command”.

O papel dos relatórios de desenvolvimento humano

Os Relatórios de Desenvolvimento Humano (RDHs) constituem a plataforma principal de discussões do PNUD desde seu lançamento em 1990. Publicados em base anual, eles apresentam dados relevantes sobre algumas das principais dimensões no tocante ao desenvolvimento dos países, bem como promovem debates e análises a respeito de temas sensíveis à área e compreendidos como fundamentais à persecução do desenvolvimento em bases sustentáveis.

Sua criação remete a um momento bastante particular das discussões em torno do desenvolvimento. Face à instabilidade financeira global e ao quadro de importante endividamento de países periféricos ao longo da década de 1980, fora estabelecido um contexto de considerável preponderância do Banco Mundial (BIRD) e do Fundo Monetário Internacional (FMI) no que diz respeito às decisões em matéria de política econômica no plano internacional, determinando foco prioritário na promoção de ajustes estruturais no intuito de restabelecer a estabilidade das economias. Como resultado, coube à ONU cumprir o papel de oferecer um contraponto crítico, mas construtivo, nas discussões sobre desenvolvimento. No entanto, essa relativa subordinação à ortodoxia de Bretton Woods mostrou-se importante para que houvesse uma intensificação na discussão conceitual sobre o tema no sistema ONU, suscitando uma maior multidisciplinaridade no tratamento da agenda de desenvolvimento e contribuindo para que os RDHs fossem lançados a partir de 1990 (JOLLY, 2005).

Esse processo de renovação conceitual empreendido por meio do lançamento dos RDHs foi igualmente influenciado pela necessidade de se oferecer uma resposta a determinadas críticas feitas à época. Desde o início da década de 1990, emergiram contestações quanto à ausência de um marco conceitual claro para as ações promovidas pelo PNUD e à consequente falta de objetividade nas estratégias de promoção do desenvolvimento, o que constituiu um fator a mais em favor dos esforços de atualização conceitual (MACHADO e PAMPLONA, 2008).

A contribuição dos Relatórios para a consagração do ideal de Desenvolvimento Humano e Sustentável foi tratada, inclusive, por Sakiko Fukuda-Parr (2003), diretora da equipe do PNUD incumbida da publicação dos mesmos entre 1995 e 2006. Segundo ela, a contribuição dos RDHs extrapolou as ideias de Sen na medida em que propuseram reflexões aprofundadas quanto às implicações da abordagem em questão para as políticas públicas de diversas matérias da atualidade

O relatório não é apenas qualquer relatório que o PNUD possa conduzir a respeito de determinado tema de desenvolvimento, nem tampouco um relatório para o monitoramento da situação de desenvolvimento. Ele tem uma ambição muito mais ampla, de estabelecer uma abordagem compreensiva sobre o desenvolvimento, incluindo uma agenda de prioridades de políticas, ferramentas de análise e mensuração e uma estrutura conceitual coerente ⁴ (FUKUDA-PARR, 2003, p. 302, Tradução própria).

⁴ Trecho original: “The report is not just any report that the UNDP might commission on a given development theme, nor is it a status report for monitoring development. It has a much broader ambition, namely setting out a comprehensive approach to development, including an agenda of policy priorities, tools of analysis and measurement, and a coherent conceptual framework”.

Assim sendo, em se tratando de uma publicação emblemática para o projeto do PNUD de propagar sua concepção de desenvolvimento, os RDHs constituíram uma fonte importante de consulta. Ao oferecer diretrizes e elencar aspectos centrais de uma estratégia ideal de desenvolvimento, tendo como pano de fundo discussões sobre temas pontuais da agenda desenvolvimentista, os Relatórios adquiriram grande importância em meio às discussões acadêmicas e científicas sobre essa temática. A centralidade dos Relatórios em meio aos esforços de difusão da noção de um Desenvolvimento Humano e Sustentável é, ainda, reforçada por meio do depoimento da coordenadora dos RDHs no Brasil, Andrea Bolzon, em artigo de sua autoria (BOLZON, 2015), no qual confirma a magnitude do impacto desses relatórios nas discussões sobre o tema, bem como sobre o planejamento de políticas públicas em países em desenvolvimento, como o Brasil.

Em suma, verifica-se que os Relatórios de Desenvolvimento Humano (RDHs), objeto de estudo aprofundado deste artigo, constituem uma ferramenta de importância central para a veiculação do modelo de desenvolvimento institucionalizado no PNUD, com reflexos inegáveis sobre as opções de políticas públicas preconizadas por diversos gestores ao redor do mundo em matéria de desenvolvimento.

Análise dos relatórios de desenvolvimento humano

A série histórica de Relatórios de Desenvolvimento Humano, que se estende desde 1990, foi contemplada na análise aqui proposta, no intuito de depreender os principais eixos de discussão. Analisados em conjunto, os Relatórios constituem uma plataforma de consolidação da visão de desenvolvimento preconizada pelo PNUD, ainda que, separadamente, haja espaço para o tratamento de diversas temáticas mais específicas da agenda de desenvolvimento em cada edição, acompanhando as tendências do debate na sociedade. Apesar dos enfoques distintos de cada RDH, que abrangem desde a estabilidade democrática até a mobilidade internacional ou ainda a igualdade de gênero, a promoção de um modelo de desenvolvimento baseado no ideal do Desenvolvimento Humano e Sustentável é uma constante.

Desta feita, após apresentar um panorama mais amplo das reflexões sobre as matrizes política e econômica do modelo veiculado, teve-se a preocupação de pontuar, de maneira mais específica, as principais e mais frequentes recomendações quanto à participação do Estado para o fomento ao desenvolvimento.

Panorama geral do discurso construído nos RDHs

A partir da análise comparada dos RDHs, percebe-se um esforço em evidenciar certo grau de pragmatismo no discurso construído pela série de Relatórios já no RDH inaugural de 1990, no qual se argumenta que o objetivo dos mesmos seria de oferecer, a partir da análise de experiências prévias, considerações práticas que se tornassem acessíveis aos formuladores de políticas públicas (UNDP, 1990). Depreende-se daí uma preocupação em reafirmar um espírito de imparcialidade, por assim dizer, na formulação desses relatórios, reforçada pelo argumento de que os mesmos ofereceriam apenas “lições gerais” a respeito do tema, em busca de aproximar a agenda de pesquisa às estratégias consubstanciadas pelas políticas públicas (UNDP, 2010).

As discussões levantadas nos RDH abrangem, igualmente, a figura do Estado e o papel central que desempenha para a persecução do Desenvolvimento Humano e Sustentável. Um traço marcante nesse quesito é a preocupação em apresentar a figura de um Estado que seja “eficiente” e “produtivo” em suas atribuições de fomento ao desenvolvimento, atribuindo-se, pois, adjetivos e qualidades usualmente empregados na análise da iniciativa privada à gestão da esfera pública. Apresenta-se, portanto, um tipo ideal de atuação estatal de caráter bastante pontual, focada no provimento de infraestrutura e alguns serviços básicos. Isso é reforçado, por exemplo, quando o RDH 1990 aponta quatro eixos de políticas necessárias ao desenvolvimento da iniciativa privada nos países em desenvolvimento, quais sejam: a criação de um ambiente favorável, com uma legislação que favoreça sua expansão; a privatização naquelas funções produtivas melhor desempenhadas pelo setor privado; o fornecimento de incentivos à expansão dos pequenos empreendimentos por meio, por exemplo, de políticas de facilitação de crédito; e o aprimoramento da gestão dos setores público e privado (UNDP, 1990).

O que é necessário é um setor público menor, porém mais eficaz, capaz de criar um ambiente que favoreça o desenvolvimento e de guiar os investimentos privados às áreas prioritárias para o desenvolvimento humano. O papel do setor público deve se restringir primariamente à construção da infraestrutura econômica e ao provimento de serviços sociais ⁵ (UNDP, 1990, p. 64, Tradução própria).

Esse processo envolve ainda a necessidade de o Estado demonstrar proatividade no fomento à inovação, por meio de reformas que incrementem a competitividade do setor das telecomunicações, do estímulo à pesquisa orientada ao desenvolvimento tecnológico e da criação de condições favoráveis ao empreendedorismo e à circulação do capital de risco para facilitar iniciativas no ramo (UNDP, 2001). Reforça-se, sob essa perspectiva, um perfil de atuação estatal pró-mercado no tocante à estratégia para o desenvolvimento, estando o Estado incumbido da criação de um ambiente atrativo aos investidores privados.

Redes de proteção social

Uma das dimensões recorrentemente compreendidas como prioritárias ao esforço de desenvolvimento é a implementação de políticas voltadas ao provimento de uma rede de proteção social, de forma a contrabalancear os distúrbios provocados pelas forças de mercado em matéria distributiva e estender às populações vulneráveis fluxos de renda e oportunidades econômicas. Um exemplo disso seria a concessão de subsídios a produtos alimentícios e serviços de saúde nos casos em que fossem direcionados especificamente a esses estratos socioeconômicos, assim estabelecendo uma rede de suporte social imprescindível em meio à realidade de países em desenvolvimento (UNDP, 1990). Outros casos levantados abrangem desde o suporte contra o desemprego e a concessão de pensões aos idosos, até a implementação de programas de combate à desnutrição ou a universalização do acesso a serviços de educação e saúde gratuitos (UNDP, 1993).

⁵ Trecho original: “What is required is a smaller but more effective public sector capable of creating an enabling development framework and guiding private investments into priority areas for human development. The role of the public sector should be confined primarily to building economic infrastructure and to providing social services”.

O estabelecimento desses esquemas de proteção social, segundo o discurso adotado nos RDHs, deve se dar tanto no plano nacional quanto no internacional, uma vez que as forças de mercado impulsionam igualmente o processo de concentração de renda entre os países. Ao passo que no plano interno os Estados têm a possibilidade de equilibrar essa tendência por meio, por exemplo, de sistemas de tributação progressiva e do próprio estabelecimento de redes de proteção social, o que se argumenta é que tais sistemas não operam da mesma maneira no plano internacional (UNDP, 1992). Desta feita, expõe-se o seguinte ponto de vista:

Os países mais ricos precisam fornecer um maior suporte – com uma rede de proteção internacional, planejada por meio de pactos entre as nações ricas e pobres. As nações pobres podem demonstrar sua disposição em investir em seus povos e suas economias. As nações ricas podem oferecer pacotes de recursos (via ajuda internacional, alívio da dívida e concessões comerciais) suficientes para a geração de taxas respeitáveis de crescimento e para o provimento de uma cobertura universal dos serviços sociais básicos. Isso irá fortalecer a ligação entre o crescimento econômico e o desenvolvimento humano, tanto nacionalmente quanto internacionalmente ⁶ (UNDP, 1996, p. 10, Tradução própria).

Percebe-se, portanto, uma disposição em propor a estruturação de redes extensas de proteção, sempre no intuito de dar suporte aos grupos afetados pelos efeitos negativos da batalha travada nos mercados. Esse auxílio pode ser necessário apenas temporariamente ou de forma permanente para os casos de exclusão sistemática, como aquela sentida pelos jovens, pelos idosos, pelos portadores de deficiências e por aquelas pessoas que têm compromissos domésticos relevantes (UNDP, 1993).

Restruturação de gastos

Em matéria de orçamento público e tendo em vista o objetivo de incrementar os recursos disponíveis à promoção do Desenvolvimento Humano e Sustentável, o RDH 1990 já propunha um esforço de reestruturação dos gastos públicos, dado que este era consumido, em sua maioria, por despesas militares, pagamentos de dívidas, subsídios mal planejados e outras áreas ineficientes. Dentre os mecanismos para a reorientação de gastos públicos, sugere-se uma revisão da política de provimento público de serviços sociais em alguns casos, muito por conta da fragilidade das instituições e da capacidade comprometida de prestação de contas no uso dos recursos públicos em determinados países em desenvolvimento.

Assim sendo, o RDH 2003 aponta para o processo percebido nos países desenvolvidos, nos quais o provimento dos serviços sociais seria de responsabilidade exclusiva do Estado apenas nos estágios iniciais, com posteriores intervenções mais direcionadas e o estabelecimento de parcerias público-privadas para o desempenho dessa atribuição, reduzindo-se, assim, o custo unitário dos serviços sem comprometimento da qualidade (UNDP, 2003). Esse estímulo a uma maior competição entre serviços públicos e privados teria como resultado a redução dos preços dos serviços e concomitante ampliação do acesso aos mesmos, contribuindo para uma situação mais compatível com o objetivo de promoção do desenvolvimento (UNDP, 1991).

⁶ Trecho original: “Richer countries need to provide greater support - with an international safety net, fashioned perhaps through compacts between poor and rich nations. The poor nations can demonstrate their willingness to invest in their people and in their economies. The rich nations can offer a package of resources (through aid, debt relief and trade concessions) sufficient to generate a respectable rate of growth and to provide universal coverage of basic social services. This will strengthen the link between economic growth and human development, both nationally and internationally”.

Além disso, argumenta-se que o envolvimento da iniciativa privada no fornecimento de serviços sociais pode ser, ao menos em parte, financiado pelos governos através da concessão de *vouchers* para que determinados estratos sociais possam fazer uso de serviços privados de educação e saúde ou, de maneira mais indireta, por meio do alívio na contribuição tributária para a saúde e a educação. Isso permitiria que esses indivíduos pudessem escolher entre os serviços disponíveis e estimularia igualmente a competição entre os provedores (UNDP, 1991).

Faz-se, contudo, uma ressalva importante quanto à maior participação da iniciativa privada nessa área: a necessidade de se estabelecer uma estrutura regulatória sólida em todos os setores da economia nos quais o setor privado atue (UNDP, 2003), denotando, nesse ponto, uma preferência por uma atuação estatal mais próxima à figura do Estado regulador.

Cooperação técnica

Dado que a capacidade de planejamento interno para o desenvolvimento é alegadamente insuficiente em muitos dos países em desenvolvimento, assume-se caber às agências internacionais oferecer o suporte de *expertise* técnica quando da solicitação de auxílio por essas nações na formulação de seus planejamentos para a promoção do Desenvolvimento Humano e Sustentável (UNDP, 1990). A figura da ONU emerge, portanto, como um parceiro prioritário desses países, devendo suas agências assumir uma maior responsabilidade e unir forças, somando suas competências para potencializar o impacto sobre essas localidades. Com um maior esforço de integração entre os programas e agências em prol do desenvolvimento, as bases para a construção de capacidades nacionais seriam expandidas por meio da maior troca de experiências, das transferências de competências e da mobilização mais ampla das capacidades de desenvolvimento instaladas nesses países (UNDP, 1990).

O aperfeiçoamento da cooperação internacional também perpassa, segundo o RDH 2002, uma reformulação na governança global, tanto em termos de abertura para o envolvimento de grupos que não instituições estatais formais nos processos de tomadas de decisão, quanto no sentido de aumentar a representação e o papel desempenhado pelos países em desenvolvimento nessas instituições multilaterais. Desta feita, as estruturas pensadas para essas instituições no contexto do pós-II Guerra necessitariam de uma recalibragem para abranger a diversidade de atores e poderes e garantir a eficácia na busca pelo Desenvolvimento Humano e Sustentável. Além de ser necessária uma flexibilização dessas estruturas institucionais, aponta-se haver espaço para inovações que contribuam para uma governança global que abrace os princípios de democracia, equidade e sustentabilidade (UNDP, 2013).

Doações externas

A missão de sustentar um nível de investimento público de forma estável e contínua, com vistas a dar suporte ao processo de desenvolvimento, é compreendido como uma tarefa difícil para os países em desenvolvimento. Quanto a isso, o RDH 2003 evoca a necessidade de os países desenvolvidos assumirem a

condição de doadores para suprir esses custos relevantes, contanto que os países receptores cumpram sua parte na garantia de uma boa governança econômica e na condução de políticas eficientes.

Os eixos dessas políticas, segundo a interpretação oferecida pelos RDHs, englobam diversas áreas da gestão macroeconômica, quais sejam: investimentos robustos em setores sociais, como saúde, nutrição, educação e saneamento; investimentos na produtividade agrícola, com foco no desenvolvimento tecnológico dos métodos e equipamentos e na melhoria da infraestrutura rural; investimentos em infraestrutura, visando a oferta de um nível adequado de estradas, usinas elétricas, portos e estruturas de comunicação; políticas de desenvolvimento industrial que favoreçam as atividades privadas, por meio de zonas especiais de exportação, parques científicos, incentivos tributários ao investimento e outras medidas que estimulem o desenvolvimento de atividades não-tradicionais; promoção da maior participação popular e representatividade das minorias e das camadas mais pobres da sociedade nos processos de tomada de decisão; e, por fim, a ênfase na sustentabilidade ambiental e no planejamento urbano, com a gestão apropriada da urbanização acelerada e da contenção dos desastres naturais (UNDP, 2003).

A ideia principal aqui é a de que os países pobres em estagnação ou declínio podem ser empurrados para além de suas limitações e estabelecerem um crescimento autossustentado se receberem uma ajuda suficiente para investirem em saúde, educação e infraestrutura básica. O financiamento externo não é necessário para bancar todo o processo de crescimento – apenas para dar suporte ao momento inicial. Na maioria dos casos, essa fase inicial pode ser concluída em uma mesma geração ⁷ (UNDP, 2003, p. 78, Tradução própria).

A dinâmica pretendida gira, portanto, em torno da concessão de suporte por parte de doadores externos ao projeto de desenvolvimento para que o peso financeiro das reformas necessárias seja aliviado e compartilhado. No entanto, argumenta-se que essa assistência se daria somente na medida em que esses recursos fossem alocados para determinadas áreas, definidas com base na percepção do PNUD em torno das prioridades de políticas para a promoção do Desenvolvimento Humano e Sustentável (UNDP, 1990).

Liberalização comercial

O último dos elementos destacados a partir da análise dos RDHs diz respeito à liberalização comercial no plano internacional. Já no primeiro RDH, publicado em 1990, faz-se menção à relevância de uma ação concertada entre os países para que o ambiente comercial internacional não cedesse às pressões protecionistas ou aos impulsos em direção aos blocos regionais, tendências que, segundo a publicação, seriam contrários aos interesses econômicos dos países em desenvolvimento e resultariam em sua marginalização comercial (UNDP, 1990). Essa oposição às barreiras impostas no comércio internacional é igualmente reforçada nas explicações do RDH 1992:

⁷ Trecho original: “The key idea here is that poor countries in stagnation or decline can be pushed above the basic thresholds and establish self-sustaining growth if they receive enough aid to invest in health, education and basic infrastructure. External financing is not needed to fund the entire growth process—merely to support the takeoff. In most cases that takeoff can be achieved within a generation”.

Se os mercados globais fossem realmente abertos, permitiriam que o capital, o trabalho e os bens transitassem livremente ao redor do mundo – e ajudariam a equalizar as oportunidades econômicas para todos. No entanto, os mercados globais não são nem livres, nem eficientes. Em um momento em que os mercados nacionais estão se abrindo, os mercados globais permanecem muito restringidos. Os países em desenvolvimento, com algumas notáveis exceções, estão tendo dificuldades de explorar plenamente o potencial desses mercados. Isso reflete a fraqueza de suas políticas e as restrições nos mercados globais ⁸ (UNDP, 1992, p. 1, Tradução própria).

O argumento por trás dessa crítica consiste na alegação de que os mercados livres oferecem o mecanismo de maior eficiência no processo de trocas de bens e serviços. Outro ponto explorado diz respeito ao custo da imposição de barreiras comerciais. Segundo o RDH 1992, as perdas chegariam ao patamar de US\$500 bilhões ao ano, cerca de 10 vezes o valor recebido pelos países em desenvolvimento via ajuda externa (UNDP, 1992). Contudo, é importante destacar que os custos para os países em desenvolvimento, em termos de perda de mercado por conta da menor competitividade de seus produtos, não são tratados na análise proposta, o que revela uma incompletude das informações veiculadas nos RDHs em matéria de liberalização comercial.

Nas explanações apresentadas nos RDHs, percebe-se, todavia, algum grau de relativização dos efeitos positivos da liberalização comercial. É reconhecido o fato de a competição nos mercados globais se dar em bases desiguais, tendo em vista as consideráveis diferenças na distribuição de oportunidades e recursos. Como resultado, há um esforço em se expor a necessidade de os países em desenvolvimento promoverem investimentos importantes em capital humano e tecnológico, com vistas a diminuir o hiato em matéria de conhecimento e técnica, assim contribuindo para um maior equilíbrio na distribuição das oportunidades para o desenvolvimento e permitindo que os benefícios de um mercado livre fossem percebidos de forma mais expressiva (UNDP, 1992).

É relevante ainda apresentar as reflexões críticas apresentadas no RDH 2013 quanto aos empreendimentos de blocos e acordos regionais em matéria comercial. Ainda que seja reconhecido que os mesmos tragam alguns benefícios, argumenta-se que existem custos importantes de eficiência.

Ainda que encorajem um comércio mais livre entre seus membros, os blocos comerciais tendem a erguer barreiras ao comércio livre entre eles, ultimamente reduzindo o bem-estar global. Outras perdas de eficiência podem resultar do poder de mercado aumentado que os países adquirem ao consolidar-se em blocos comerciais. Como a pesquisa para este Relatório mostrou, regras comerciais mais abertas e justas podem acelerar o desenvolvimento humano quando combinadas ao investimento público sustentado nas capacidades humanas – incluindo saúde, educação e outros serviços sociais – e em infraestrutura essencial – como transportes modernos e redes de telecomunicações ⁹ (UNDP, 2013, p. 107, Tradução própria).

⁸ Trecho original: “If global markets were truly open, they would allow capital, labour and goods to flow freely round the world—and help equalize economic opportunities for all. But global markets are neither free nor efficient. At a time when national markets are opening, global markets remain greatly restricted. The developing countries, with some notable exceptions, are finding it difficult to exploit fully the potential of these markets. This reflects the weakness in their policies and the restrictions on global markets”.

⁹ Trecho original: “While encouraging freer trade among members, trading blocs tend to erect barriers to free trade with each other, ultimately reducing global welfare. Other efficiency losses can result from the increased market power that countries gain by consolidating into trading blocs. As research for this Report has shown, freer and fairer trade rules can accelerate human development when coupled with sustained public investment in human capabilities—including health, education and other social services—and essential infrastructure—such as modern transportation and telecommunications links”.

Pontos de atrito na operacionalização do conceito

As considerações apresentadas até aqui se deram no intuito de buscar elementos que permitam a verificação ou não de incoerências no discurso veiculado pelos Relatórios de Desenvolvimento Humano, capazes de comprometer as bases do projeto de desenvolvimento proposto do PNUD. Para isso, promoveu-se, em algum grau, um esforço de desconstrução ontológica, uma tentativa de depreender valores e preferências necessariamente incutidos por trás de uma estrutura conceitual tão abrangente como a proposta pelo Programa através da noção do Desenvolvimento Humano e Sustentável.

A análise dos Relatórios publicados entre 1990 e 2015 levou em consideração todo o contexto geopolítico e intelectual abordado previamente neste artigo. A partir desse cenário complexo e múltiplo já traçado, merece destaque inicial nesta análise um tema recorrentemente reforçado pelos RDHs: a necessidade de os Estados exercerem uma gestão político-econômica baseada no princípio da eficiência.

Parte-se do pressuposto de que a gestão pública nos países em desenvolvimento é prejudicada por conta da escassez de recursos, o que demandaria dos governantes esforços importantes de reorientação das prioridades de gastos em direção a investimentos em áreas vistas como essenciais na trajetória de desenvolvimento pensada pelo PNUD¹⁰. No entanto, a magnitude do investimento público previsto nos Relatórios demanda, adicionalmente, que se recorra a recursos provenientes de doações externas, os quais preveem condicionalidades para sua alocação. Como resultado, é estabelecida uma situação na qual os países receptores dessas doações necessitariam de oferecer contrapartidas para desfrutarem desses recursos, baseadas em práticas de “boa governança” que têm como referencial aquilo que o PNUD estabelece como áreas prioritárias de maneira indiferenciada entre os países.

Surge aí uma primeira contradição, dada a suposição de os países receptores de recursos não serem capazes de estabelecer as prioridades “corretas” de políticas para o desenvolvimento, o que acaba por comprometer consideravelmente a própria noção de *country-ownership*¹¹ proposta pelos RDHs na discussão sobre o processo de desenvolvimento. Verifica-se, como resultado, que a noção de eficiência administrativa arquitetada pelos Relatórios prevê uma considerável dependência em relação a fluxos externos de investimentos, os quais contribuem para o reforço do controle exercido pelos países desenvolvidos ocidentais sobre os demais.

O estudo aprofundado dos RDHs levou, igualmente, à constatação de que existe, sim, um esforço de reconhecimento dos efeitos negativos das forças de mercado em termos de reforço da concentração de renda e desigualdade de oportunidades e retornos oferecidos. Ainda assim, toda essa discussão em torno das deficiências do livre mercado parece não ser capaz de dissuadir o discurso adotado nos RDHs de defesa da ampla liberalização no comércio internacional. Soma-se a isso o fato de os Relatórios não proporem reflexões

¹⁰ Cabe aqui fazer menção à crítica levantada por William Easterly (2001) no tocante à demora e à relutância das organizações internacionais em levar em consideração o impacto da corrupção em suas análises, sendo que esta constituiria um fator importante de comprometimento da eficiência pretendida na gestão estatal.

¹¹ Como argumentado no RDH 2005, dentre as condições para uma ajuda externa efetiva aos países em desenvolvimento, consta a necessidade de se contribuir para o sentimento de “pertencimento ao país”, ou seja, para o sentimento de que o país em questão possui voz ativa e controle sobre o processo de desenvolvimento empreendido.

no tocante aos riscos para a produção nacional dos países menos competitivos em face da liberalização, dispensando-se uma necessária consideração acerca da noção de tratamento especial e diferenciado, conceito tão caro às discussões em matéria comercial. Oscila-se, portanto, entre a análise crítica do processo de liberalização, levando-se em conta seus inerentes impactos, e a defesa de medidas liberalizantes no plano internacional, conformando um cenário no qual o Estado estaria necessariamente se “autoflagelando”, tanto ao se proteger do mercado quanto ao promover sua abertura.

Por fim, vale destacar a falta de clareza na definição do perfil de gestão estatal compatível com o modelo de desenvolvimento que se defende. Em algumas passagens dos RDHs, aponta-se para a necessidade de o Estado ter uma atuação incisiva no provimento de infraestrutura e alguns serviços básicos, no intuito de consolidar as bases necessárias ao desenvolvimento, além de caber ao Estado estruturar redes de proteção social capazes de proteger as populações vulneráveis dos impactos negativos das forças de mercado. Essa interpretação de um Estado atuante vai na contramão daquilo que se propõe em diversas outras passagens dos Relatórios, nas quais é promovida a figura do Estado regulador, de teor liberal, incumbido prioritariamente de estabelecer regras e instituições que permitam uma governança mais consolidada e preservem os benefícios advindos da competição privada nos mercados globais. Essa falta de uma maior definição nas proposições relativas ao perfil ideal de gestão pública reforça, necessariamente, a percepção de haver limitações importantes no projeto de desenvolvimento traçado pelo PNUD desde o início da década de 1990.

Considerações Finais

O exercício conduzido neste artigo, com base na análise detalhada de uma série de RDHs, pretendeu fornecer os subsídios para que fossem evidenciados os principais eixos do modelo de desenvolvimento veiculado através dessas publicações. A partir disso, e tendo como base a crítica pós-desenvolvimentista à imposição de um modelo ideal ocidental e etnocêntrico, foram expostas algumas das repercussões percebidas em matéria de incoerências entre a teoria e a prática do projeto de desenvolvimento do PNUD.

Os pontos levantados na seção anterior decorrem de uma série de fatores, desde a preponderância do modelo liberal de desenvolvimento norte-americano a partir da década de 1990, até o jogo de poder exercido historicamente no interior das organizações internacionais e seus reflexos sobre as discussões nelas conduzidas. Por outro lado, há que se considerar os impactos provocados pela emergência do pensamento pós-desenvolvimentista. Ao inaugurar uma discussão baseada no questionamento da própria noção de desenvolvimento e dos interesses por trás da narrativa construída até então, essa vertente foi protagonista no deslocamento do foco do debate. Como discutido, suas críticas incisivas ao caráter autoritário e tecnocrático do projeto de desenvolvimento iniciado no pós-II Guerra influenciaram, de maneira importante, a comunidade intelectual, como no caso da Abordagem das Capacidades proposta por Sen, a qual serviu de base para o conceito de Desenvolvimento Humano e Sustentável. No entanto, o entendimento de Amartya Sen do “desenvolvimento como liberdade” e o foco no indivíduo por ele proposto contribuíram para que fosse

relegada a um segundo plano, no projeto de desenvolvimento do PNUD, a necessidade de se conduzir reformas sistêmicas nos esforços de combate ao subdesenvolvimento.

A análise dos eixos do modelo de desenvolvimento proposto nos RDHs e das incongruências percebidas nos levam a concluir, em consonância com alguns dos argumentos pós-desenvolvimentistas apresentados, que a aplicação universal de um ideal de desenvolvimento que tem por referência um modelo eminentemente ocidental compromete o objetivo de superação da condição crônica de subdesenvolvimento. Assim, os RDHs, que surgiram como uma plataforma de contraponto ao corolário desenvolvimentista proposto pelo FMI e BIRD, mostraram-se como mais um veículo de uma concepção de desenvolvimento baseada em premissas semelhantes àquelas defendidas pela ortodoxia de Bretton Woods, apenas com um discurso mais sensível às questões ambientais e humanitárias. Não se pretende, contudo, colocar em questão todo um ideal dotado de uma mensagem importante, mas sim apontar para alguns elementos limitadores no processo de implementação do mesmo, com vistas a contribuir para uma agenda positiva de reavaliação e reforço da necessidade de se preservar o direito à autonomia e autodeterminação das comunidades contempladas pelas ações de promoção do desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- BOLZON, Andrea. O que é mesmo um Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH)?. **Nações Unidas no Brasil**. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/artigo-o-que-e-mesmo-um-relatorio-de-desenvolvimento-humano-rdh-andrea-bolzon-coordenadora-do-rdh-pnud-brasil/>. Acesso em 20/03/2017.
- BOVÉ, J. Precisamos acabar com a ideologia do progresso. In: LLENA, C. et al. (org.). **Desfazer o desenvolvimento para refazer o mundo**. São Paulo: Ed. Cidade Nova, 2009.
- CLARK, D. A. Capability Approach. In: CLARK, D. A. (ed.). **The Elgar Companion to Development Studies**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 2006.
- ESCOBAR, A. **Encountering Development: The making and unmaking of the Third World**. New Jersey: Princeton University Press, 1995.
- FUKUDA-PARR, S. The human development paradigm: operationalizing Sen's ideas on capabilities. **Feminist Economics**, v.9, n. 2-3, p. 301-317, 2003.
- JOLLY, R. The UN and Development Thinking and Practice. **Forum for Development Studies**, n.1, p. 49-73, 2005.
- KIPPLER, C. Exploring Post-Development: Politics, the State and Emancipation. The question of alternatives. **POLIS Journal**, v. 3, p. 1-38, 2010.
- LATOUCHE, S. O desenvolvimento representa o problema e não o remédio para a mundialização. In: LLENA, C. et al. (org.). **Desfazer o desenvolvimento para refazer o mundo**. São Paulo: Ed. Cidade Nova, 2009.
- MACHADO, J. G. R. **O desenvolvimento econômico e as Nações Unidas: uma análise da atuação do PNUD no Brasil**. Dissertação de Mestrado em Economia Política, PUC/SP, 2007, 163 p.

- MACHADO, J. G. R.; PAMPLONA, J. B. A ONU e o desenvolvimento econômico: uma interpretação das bases teóricas da atuação do PNUD. **Economia e Sociedade**, v. 17, n. 1 (32), p. 53-84, 2008.
- MATTHEWS, S. Post-Development theory and the question of alternatives: a view from Africa. **Third World Quarterly**, v. 25, n. 2, p. 373-384, 2004.
- RAPLEY, J. **Understanding Development: Theory and Practice in the Third World**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2007.
- SEN, A. Development as capability expansion. In: FUKUDA-PARR, S.; KUMAR, A. K. S. (ed.). **Readings in human development: concepts, measures and policies for a development paradigm**. New Delhi: Oxford University Press, 2003.
- UNDP. **Human Development Report 1990**. New York: Oxford University Press, 1990.
- UNDP. **Human Development Report 1991**. New York: Oxford University Press, 1991.
- UNDP. **Human Development Report 1992**. New York: Oxford University Press, 1992.
- UNDP. **Human Development Report 1993**. New York: Oxford University Press, 1993.
- UNDP. **Human Development Report 1996**. New York: Oxford University Press, 1996.
- UNDP. **Human Development Report 2001**. New York: Oxford University Press, 2001.
- UNDP. **Human Development Report 2002**. New York: Oxford University Press, 2002.
- UNDP. **Human Development Report 2003**. New York: Oxford University Press, 2003.
- UNDP. **Human Development Report 2010**. New York: Oxford University Press, 2010.
- UNDP. **Human Development Report 2013**. New York: Oxford University Press, 2013.
- ZAOUAL, H. Fim da ocidentalização do mundo? Do único ao múltiplo. In: LLENA, C. et al. **Desfazer o desenvolvimento para refazer o mundo**. São Paulo: Ed. Cidade Nova, 2009.
- ZIAI, A. **Exploring Post-Development: Theory and practice, problems and perspectives**. New York: Routledge, 2007.

*Recebido em 20 de novembro de 2018.
Aprovado em 21 de fevereiro de 2018.*

RESUMO

Este artigo é um desdobramento de uma pesquisa mais ampla conduzida no âmbito de uma dissertação de mestrado e se propõe enquanto um exercício de análise das principais estratégias apresentadas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em seus Relatórios de Desenvolvimento Humano (RDHs), para a operacionalização da visão de desenvolvimento estruturada pela própria instituição. Tendo em vista a relevância das discussões sobre o desenvolvimento na agenda multilateral contemporânea, o artigo foi pensado no intuito de traçar um panorama do tratamento do tema no órgão de referência do sistema ONU e, a partir da análise sistemática de uma série histórica de RDHs, suscitar uma avaliação de possíveis pontos de atrito entre os princípios teóricos e conceituais que norteiam o discurso do Programa e os meios propostos nos Relatórios para a promoção de um desenvolvimento em bases humanas e sustentáveis. Os resultados apontam para a existência de alguns pontos limitadores à persecução do modelo de desenvolvimento proposto, abrangendo aspectos de diversas ordens, como o comprometimento da noção de country-ownership e a falta de clareza na definição do perfil de atuação estatal a ser preconizado, e tendo como pano de fundo a discussão levantada pelo pós-desenvolvimentismo.

Palavras-chave: Desenvolvimento Humano e Sustentável; PNUD; Relatórios de Desenvolvimento Humano.

ABSTRACT

This article is an unfolding of a more extensive research conducted as a master thesis and intends to propose an analysis of the main strategies presented by the United Nations Development Program (UNDP) in its annual Human Development Reports (HDRs) for the promotion of the development model structured by the Program itself. Given the relevance of the discussions related to development in the contemporary multilateral agenda, the article aims to offer an insight on the treatment given to this topic in the UNDP and, through a more extensive analysis of the HDRs, evaluate the existence of possible friction points between the theoretical and conceptual principles that shape the Program's discourse and the means advanced in the Reports to promote this ideal of a more human and sustainable development. The results point to the existence of a few limiting aspects encompassing different dimensions, such as the undermining of country-ownership and the lack of clarity in the definition of the preferable state profile, while presenting the critical insights offered by the post-development thinking.

Key-words: Human Sustainable Development; UNDP; Human Development Reports.